



## **PODER LEGISLATIVO DE CAMPINORTE, GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL**

### **PROJETO DE LEI Nº 010/2025**

Dispõe sobre a regulamentação da definição e alteração de nomes de logradouros públicos no município de Campinorte-Goiás e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINORTE, Estado de Goiás, por iniciativa parlamentar, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, apresenta o seguinte Projeto de Lei:

**Art. 1º** - Fica regulamentado, no âmbito do Município de Campinorte-GO, o processo de definição e alteração de nomes de logradouros públicos, tais como ruas, avenidas, vielas, travessas e alamedas.

**Art. 2º** - Aos novos empreendimentos imobiliários a serem estabelecidos no município, fica determinado que a escolha dos nomes para os logradouros antes do seu registro formal deve passar por comissão a ser composta por:

- I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo;
- II – 02 (dois) representantes do Poder Legislativo;
- III – 02 (dois) representantes de entidades sindicais e ou religiosas;
- IV – 02 (dois) representantes do empreendimento imobiliário.

**Parágrafo Único:** Caberá a comissão composta no caput, elaborar nomes dos logradouros a serem registrados, emitir parecer técnico a fim de justificar a nomenclatura do logradouro, analisar possíveis recursos impetrados por cidadãos interessados em alterar/propor nomes para o logradouro e demais atividades técnicas com caráter decisório.

**Art. 3º** O Município poderá, sempre que possível, preservar a memória e a identidade cultural dos homenageados e comunidades impactadas, promovendo alternativas como a renomeação de novos logradouros ou a criação de memoriais.

**Art. 4º** A alteração de nomes de logradouros públicos somente poderá ocorrer mediante lei específica aprovada pela Câmara Municipal, observando-se os critérios estabelecidos nesta Lei.



## **PODER LEGISLATIVO DE CAMPINORTE, GOIÁS**

### **CÂMARA MUNICIPAL**

**Art. 5º** A alteração de nome de logradouro público deverá ser precedida de:

- I – Consulta pública à população diretamente afetada, por meio de audiência pública organizada pelo Poder Legislativo ou Executivo;
- II – Manifestação favorável de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos moradores, comerciantes ou proprietários diretamente atingidos pela alteração, por meio de abaixo-assinado;
- III – Justificativa formal apresentada pelo autor da proposição;
- IV – Parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Administração ou órgão equivalente.

**Art. 6º** É expressamente vedado as seguintes condutas:

- I – Conceder homenagem a mesma pessoa em mais de um espaço público: ruas, vielas, avenidas, praças e ou demais espaços públicos.
- II – Em todo o território municipal, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza.
- III – Que o homenageado tenha histórico de má conduta e postura diferente da boa-fé e bons costumes.

**Art. 7º** É vedada a alteração de nomes de logradouros públicos com mais de 10 (dez) anos de denominação oficial, salvo nas seguintes exceções:

- I – Quando o nome original for considerado conflitante com os princípios da moralidade, da dignidade da pessoa humana ou tiver conotação pejorativa;
- II – Em casos de duplicidade de nomes dentro do território municipal, gerando confusão administrativa, postal ou de localização;
- III – Quando houver conflito com aspectos culturais, históricos ou religiosos locais, mediante manifestação do órgão ou conselho municipal competente;
- IV – Quando for de extrema necessidade para a administração pública municipal, devidamente justificada por documento técnico e legal;
- V – Em casos de erro material evidente na grafia ou na designação original do logradouro.

**Art. 8º** As alterações realizadas nos termos desta Lei deverão ser comunicadas oficialmente:

- I – Aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais com atuação no município;
- II – À Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios);



## PODER LEGISLATIVO DE CAMPINORTE, GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL

III – Aos cartórios de registro de imóveis da comarca;


IV – À população local, por meio de publicação em diário oficial ou jornal de circulação local, e afixação de placas indicativas atualizadas.

V – Demais empresas que prestem serviço em Cartografia e Geolocalização.

**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 10º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Camara Municipal de Campinorte-GO - 06 de maio de 2025.

  
**Paulo Henrique Ferreira da Silva**  
Vereador Autor

Câmara Municipal Campinorte-

Aprovado nº. 1º. Turno

Seção 24/05 /2025

  
\_\_\_\_\_  
Presidente

  
\_\_\_\_\_  
1º. Secretário





## **PODER LEGISLATIVO DE CAMPINORTE, GOIÁS CÂMARA MUNICIPAL**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo regulamentar, de forma clara e responsável, os procedimentos para alteração de nomes de logradouros públicos no município de Campinorte-GO. A ausência de diretrizes específicas tem gerado insegurança jurídica, controvérsias populares e possíveis prejuízos administrativos e patrimoniais aos cidadãos e ao poder público.

A proposta busca respeitar a história, a identidade cultural e os direitos da população, sem negligenciar a necessidade de modernização, correção de erros ou atendimento a demandas emergenciais da administração municipal. Além disso, estabelece critérios objetivos e mecanismos de participação popular, fortalecendo a democracia e a transparência na gestão pública.

Destacam-se como exceções justificáveis os casos de nomes pejorativos, conflitantes, duplicidades e outras situações comprovadamente lesivas ou contrárias ao interesse público.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para aprovação desta importante medida de interesse coletivo.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Campinorte – GO, 06 de maio de 2025.

Paulo Henrique Ferreira da Silva  
Vereador Autor